

# Coordenação de políticas públicas setoriais

Infraestrutura e Social



# Coordenação federativa Bolsa Família

- Bolsa Escola 2001
- Cadastro único 2001 - FHC
- Contrato com a CEF para administração do banco de dados
- Diversos erros por conta da descentralização no levantamento dos dados



# Aprimoramento Cadastro Único

- MDS - Gestor do cadastro
- CEF - Operador, contratada pelo MDS para desenvolver o cadastro, processar os dados e atribuir o Número de Identificação Social (NIS) a cada pessoa cadastrada
- Estados - Fornecimento de apoio técnico e logístico aos municípios e estimular a utilização do Cadastro Único pelas secretarias estaduais e municipais na formulação e implantação de programas locais
- Municípios - Responsáveis por identificar as famílias pobres, registrando os dados nos formulários específicos, inserir no sistema de cadastramento específico os dados das pessoas e atualizar as informações no prazo máximo de dois anos



# Índice de Gestão Descentralizada

- Importante mecanismo de coordenação dos papéis dos três níveis da federação no funcionamento do PBF
- Indicador sintético, que varia de 0 a 1 criado com o objetivo de apoiar financeiramente os municípios com base na qualidade da gestão do programa (cadastro e controle das condicionalidades de saúde e educação)
- Com base no IGD o MDS repassa recursos extras aos municípios para apoio à gestão do PBF
- Recursos do IGD são transferidos do Fundo Nacional de Assistência Social para os respectivos fundos municipais de assistência social



# PBF e centralização

- Normatizações federais contribuíram para conferir ao programa características bastante centralizadoras no governo federal quanto ao seu processo decisório
- Mecanismo de repasse de recursos é indutor de convergência das ações municipais voltadas para o PBF
- Estados ainda têm dificuldades em realizar suas funções
- Alto custo político de colocar em risco a operação local do programa, gerando constrangimentos mesmo para políticos não alinhados com o governo federal



# Capacidade estatal e projetos de grande vulto

- ❖ Valorização e aumento do investimento em projetos de infraestrutura no século XXI
  - ❖ Brasil: retomada do investimento em projetos de infraestrutura em 2004 - Projeto Piloto de Investimentos (PPI), em 2005; Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007; Programa de Investimentos em Logística (PIL), de 2012
- ❖ "Paradoxo dos megaprojetos": baixa capacidade estatal de implementar projetos de infraestrutura
  - ❖ Aditivos orçamentários, atrasos, baixos benefícios regionais, distribuição desigual dos riscos e benefícios, produção de vulnerabilidades sociais



# Pergunta de pesquisa

- ❖ Como as demandas socioambientais de grupos vulneráveis e politicamente marginais são incorporadas no processo decisório e de implementação de obras de infraestrutura?
  - ❖ Como a estrutura do Estado e o funcionamento interno de suas burocracias representam entraves para essa incorporação?
    - ❖ Quais capacidades estatais são necessárias? Como essas capacidades são construídas, acionadas e fortalecidas?



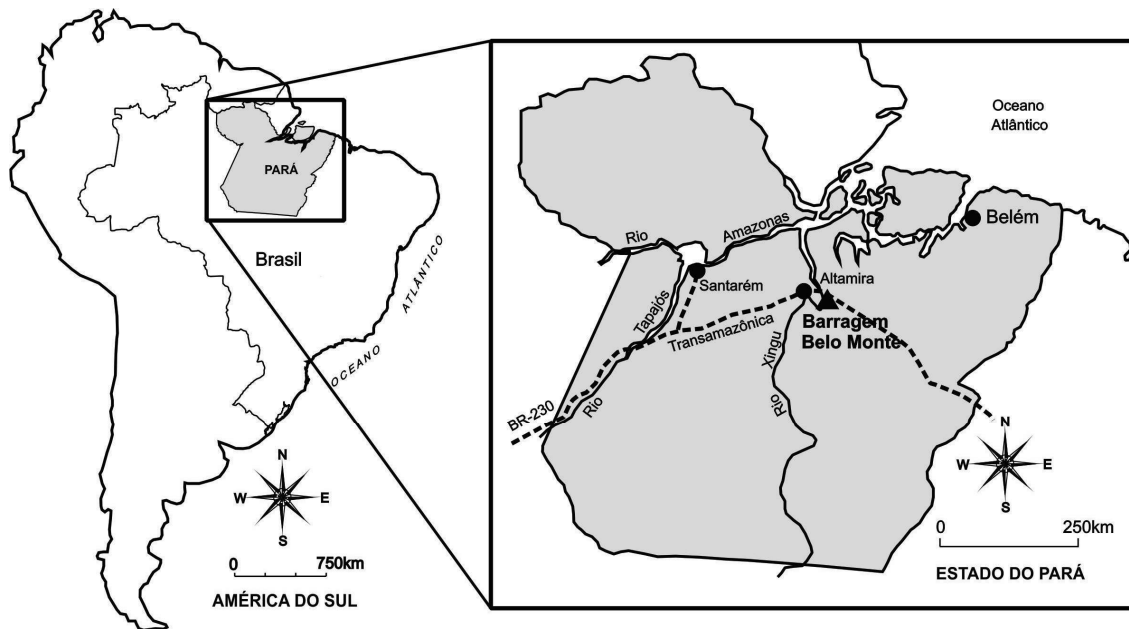
# UHE Belo Monte

- 1- Múltiplas oportunidades de interação com burocracias estatais: audiências públicas; Casa do Governo; comitê gestor do PDRS-X; reuniões informais organizadas pelo Ibama; atuação do MPF; da Defensoria Pública Estadual e da Secretaria Geral da Presidência da República.
- 2- Intensa mobilização social e utilização de múltiplos repertórios de manifestação
- **Resultado:** "conquistas parciais"- projetos de infraestrutura local implementados com severos atrasos e qualidade questionável





# UHE Belo Monte



- - Localização: Rio Xingu, Pará (11 municípios)
- - Início da operação em abril de 2016 (atraso de 16 anos)
- - Capacidade instalada prevista da usina hidrelétrica: 11.233 megawatts (MW), com a geração média anual de 4.796 MW
- - Tamanho do reservatório: 516 km<sup>2</sup> (UHE Balbina: 275 MW, 2360 km<sup>2</sup>)
- - Primeiros estudos de inventário 1975-1980; retomada e revisão do projeto em 1994; aceleração do processo decisório a partir de 2006.



# Grupos e demandas

## Coalizão favorável

- Mobilizações desde a década de 1980: Movimento Pró-Kararaô
- Atores: empresariado local; comerciantes; agropecuários; "barrageiros"
- Demandas: usina como vetor do desenvolvimento regional e atração de investimentos

## Coalizão contrária

- Mobilizações desde a década de 1980: I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu (1989)
- Atores: ala progressista da Igreja Católica; movimento de mulheres, ribeirinhos, pescadores e pequenos agricultores, indígenas, ambientalistas
- Críticas recentes: sobrecarga dos serviços básicos; TVR; problemas sociais (violência); impactos ambientais imprevisíveis e incertos; redução da pesca; desenvolvimento e infraestrutura local



# Ferrovias Transnordestina



# Transnordestina

- Projeto do século XIX.
- Sobreposição de infraestruturas - Linha Tronco Centro de Pernambuco (1881-1963) ligando Recife a Salgueiro - 82 anos de construção, desativada em 1998.
- Início das obras da Transnordestina em 1990 - Vigência do PND e desmobilização do canteiro de obras.
- Início do novo projeto em 2006 com estudos realizados pelo DNIT apenas para o trecho SMV.
- Projetos feitos em concomitância com a execução do empreendimento. 2007-2009.
- Prazo inicial de entrega: 2010



# Concessão e regulação

- Concessão *Sui Generis* - TCU
- ANTT trata como concessão comum
- Formato da concessão da década de 1990 dava *direito* da concessionária construir a Transnordestina
- Novo contrato de 2014 coloca a construção como *obrigação*
- Resoluções ANTT 4041 e 4042



# Licenciamento ambiental

- Ao todo, foram seis processos de licenciamento socioambiental relacionados à construção da ferrovia.
- Estudos ambientais feitos em concomitância com o avanço do projeto.
- Difícil coordenação da área ambiental, grande diversidade institucional e organizacional.
- Descumprimento de Licenças de Instalação durante as obras.
  - Não realização de programas socioambientais.
  - Falta de PBAs específicos para populações indígenas e quilombolas.
  - Atuação do MPF baseado em relatórios do IBAMA demonstrando o descumprimento da LI no trecho EMT.



# Desapropriação e conflitos fundiários

- Inovação institucional: realização de mutirões jurídicos encarregados de acelerar o processo de desapropriação nos três estados
- Convênios do DNIT com secretarias estaduais de infraestrutura
- Convênios feitos com os entes federados é a mostra de que o Estado não é apto a resolver processos de desapropriação com realidades tão particulares





ESTADO DO PIAUÍ  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
PROCURADORIA JUDICIAL

Protesta por todos os meios de provas em direito admitidas, em especial, juntada posterior de documentos, depoimento pessoal do expropriado, pena de confesso, inquirição de testemunhas, perícia, tudo de já requerido.

Requer a intimação do D. Representante do Ministério Público para intervir no feito, na forma dos arts. 82, III e 84, do CPC.

Pede, por derradeiro, a intimação, via postal, do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - **DNIT**, através da Superintendência Regional do Piauí, estabelecida na Avenida João XXIII nº 1.316, Bairro dos Noivos, CEP 64.045-000, FAX (86)-3233-1212, Teresina - PI, para, querendo, compor o pólo ativo da presente demanda.

1. Valor atribuído à causa: R\$ 5,39 (Cinco reais e trinta e nove centavos).



**AVALIAÇÃO DE MERCADO  
LAUDO N.(12/2013)  
PROCESSO Nº432009**



SOLICITANTE: COMARCA PAULISTANA-PI  
PROPRIETÁRIO: NELSON SIMIÃO DO NASCIMENTO  
Segundo as orientações da NBR 14653-3

**Bem Avaliando**  
**LUGAR CONTENTE/DATA ITAIZINHO**  
**ZONA RURAL JACOBINA DO PIAUÍ**  
**(FAIXA DE DOMÍNIO= 0,0583 ha)**  
**Zona Rural**

**Valor de Avaliação**

Terra Bruta	R\$	25,000
Benfeitorias	R\$	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>25,00</b>

(Vinte e cinco reais)

**Responsável Técnico**  
**Jorge André Gomes Machado CREA 2475-D**  
Teresina- PI  
Abril/2013

# Questão quilombola

- Aparecimento de comunidades durante a fase de implementação do empreendimento
- Alertas presentes em diversos Relatórios Técnicos do Ibama sobre constantes “atropelos” no processo de negociação com as comunidades quilombolas. Esse é um dos motivos que geraram reações negativas das comunidades em relação à ferrovia
- FCP distanciada das comunidades
- Desrespeito em relação à Convenção OIT 169
- Atuação do MPF, em 2016, interditando as obras no trecho EMT (Processo 1635-08.2016.0.01.4004)

